

MUNICÍPIO DE SETE DE SETEMBRO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO a JUNHO/2022

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO EXERCÍCIO DE 2022</b>	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>287.211,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	287.211,80	0,00	0,00
Empréstimos	287.211,80	0,00	0,00
Internos	287.211,80	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>3.877.694,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa¹	3.842.366,17	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.842.366,17	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	293.869,31	0,00
Demais Haveres Financeiros	35.328,77	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)</b>	<b>-3.590.483,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>17.202.596,21</b>	<b>20.226.679,79</b>	<b>11.834.930,90</b>
(-)Transf obrigatórias União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	<b>200.000,00</b>	<b>413.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RCL AJUSTADA P/ CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)</b>	<b>17.002.596,21</b>	<b>19.813.679,79</b>	<b>11.834.930,90</b>
<b>% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)</b>	<b>1,69</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)</b>	<b>-21,12</b>		<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO SENADO FEDERAL 20,00%</b>	<b>20.403.115,45</b>	<b>23.776.415,75</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA ##,##%</b>	<b>18.362.803,91</b>	<b>21.398.774,17</b>	
<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>			
<b>PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000</b>	73.653,86	0,00	0,00
<b>PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000</b> (Não incluídos na DC)²	0,00	0,00	0,00
<b>PASSIVO ATUARIAL</b>	17.152.751,20	0,00	0,00
<b>INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>	0,00	293.869,31	0,00
<b>DEPÓSITOS</b>	0,00	0,00	0,00
<b>RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	500,00	2.543.239,67	0,00
<b>ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO</b>	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP</b>	0,00	0,00	0,00
<b>APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015</b>	0,00	0,00	0,00

FONTE:

NOTA:

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

² Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pre"